

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 845, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a criação do Fórum Suprapartidário em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Seguridade Social.

(Projeto de Resolução nº 2, de 2005)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “j” do inciso II do artigo 14 da XII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica criado o Fórum Suprapartidário em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Seguridade Social.

Parágrafo único - O Fórum Suprapartidário a que se refere o caput deste artigo funcionará nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ou fora delas, mediante programação de atividades com a participação de entidades, movimentos sociais e lideranças representativas da sociedade civil.

Artigo 2º - Compete ao Fórum Suprapartidário em Defesa do SUS e da Seguridade Social debater, formular e apresentar sugestões sobre as políticas de saúde e seguridade social no Estado, visando à afirmação do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social e das diretrizes comuns que definem o conceito de Seguridade Social no âmbito dessas áreas e da Previdência Social.

Artigo 3º - O Fórum Suprapartidário em Defesa do SUS e da Seguridade Social será composto por representantes dos partidos políticos com mandato nesta Assembleia Legislativa e por representantes de entidades, movimentos sociais e lideranças representativas da sociedade civil.

Parágrafo único - Independentemente das indicações dos partidos políticos, todo e qualquer parlamentar poderá aderir ao Fórum.

Artigo 4º - Os partidos políticos com representação na Assembleia e demais entidades, movimentos sociais e lideranças da sociedade civil interessados terão 30 (trinta) dias para indicar seus representantes neste Fórum, contados da promulgação desta resolução.

Artigo 5º - Será garantida a participação de representações da sociedade civil e de cidadãos interessados nos temas da Saúde e da Seguridade Social neste Fórum.

Artigo 6º - Os integrantes do Fórum Suprapartidário serão nomeados por ato da Presidência da Assembleia Legislativa, publicado no órgão oficial, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta resolução.

Artigo 7º - As reuniões do Fórum serão sempre públicas e seus atos e deliberações deverão ser divulgados por todas as formas de publicidade à disposição da Assembleia Legislativa, em especial pelo Diário Oficial, TV e Internet.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de dezembro de 2005.

- a) RODRIGO GARCIA - Presidente
- a) FAUSTO FIGUEIRA - 1º Secretário
- a) GERALDO VINHOLI - 2º Secretário

Ordem do Dia

15 DE DEZEMBRO DE 2005 66ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0019, de 2005, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Declara de utilidade pública a “Associação Vida Jovem”, na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3233, de 2005.

2 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0024, de 2005, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Declara de utilidade pública a “Associação Promocional Kolping Nossa Senhora dos Prazeres de Itapeperica da Serra”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3232, de 2005.

3 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 573, de 2005, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dá denominação de “Leuvijildo Gonzales” ao Conjunto Habitacional da CDHU, em Sorocaba. Parecer nº 3299, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3300, de 2005, na forma do substitutivo.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0014, de 2004, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a Associação de Convivência do Idoso “Por do Sol” de Panorama, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3032, de 2005.

2 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0069, de 2004, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a Assistência Vicentina “Frederico Ozanam” de Campinas, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3033, de 2005.

3 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0101, de 2004, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Professor Waldemar Zumbano” à Sala da Secretaria dos Cursos do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, na Capital. Pareceres nºs 3341 e 3342, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis. Aprovado pela Comissão de Esportes em seu Parecer nº 3343, de 2005.

4 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0401, de 2004, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de “Victo Simeoni” ao viaduto localizado no km 170,400 da Rodovia dos Bandeirantes - SP 348, em Cordeirópolis. Parecer nº 3166, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 3167, de 2005.

5 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0540, de 2004, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a “Associação Anti-Alcoólica de Santa Salete”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2704, de 2005.

6 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0626, de 2004, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de “Jornalista Cecília de Godoy Camargo” à Escola Estadual Jardim São Francisco/Rosalina, em Campinas. Parecer nº 2895, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2896, de 2005

7 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 100, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública o “GADI - Grupo de Apoio ao Deficiente de Ibirá”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2996, de 2005.

8 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 183, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Aspen. Vicente Luzan da Silva” ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros I, na Capital. Parecer nº 3156, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 3157, de 2005, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3158, de 2005, na forma da emenda.

9 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 184, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Aspen. Williams Nogueira Benjamin” ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, na Capital. Parecer nº 3153, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 3154, de 2005, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3155, de 2005, na forma da emenda.

10 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 234, de 2005, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de “Kátia Maria Tarifa Leme Tonelli” à Escola Estadual Jardim Progresso, em Franco da Rocha. Parecer nº 2954, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com substitutivo, pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2955, de 2005.

11 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 261, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Jornalista Nadyr do Nascimento Serra” ao auditório localizado nas dependências da Oficina Cultural Regional “Glauco Pinto de Moraes”, em Bauru. Parecer nº 3359, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 3360, de 2005, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Cultura em seu Parecer nº 3361, de 2005, na forma da emenda.

12 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 290, de 2005, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Dá a denominação de “Professora Sônia Maria Maschio Baptista” à EE. Jardim Amélia, em Sumaré. Parecer nº 2906, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2907, de 2005.

13 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 291, de 2005, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Dá a denominação de “Professora Conceição Aparecida Terza Gomes Cardinales” à EE. Jardim Amanda II, em Hortolândia. Parecer nº 2893, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2894, de 2005.

14 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 292, de 2005, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Dá a denominação de “Professora Cristiane Chaves Moreira Braga” à EE. Parque dos Pinheiros, em Hortolândia. Parecer nº 2904, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2905, de 2005, com substitutivo.

15 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 293, de 2005, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Dá a denominação de “Professor Euzebio Antônio Rodrigues” à EE. Jardim Amanda IV, em Hortolândia. Parecer nº 2908, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2909, de 2005, com substitutivo.

16 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 296, de 2005, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Dá a denominação de “Petronilha de Souza” à Escola Estadual do Bairro Jardim Rosa Helena, em Igaratá. Parecer nº 2952, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2953, de 2005, na forma do substitutivo.

17 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 303, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dá denominação de “Dr. Benedito de Oliveira Bicudo” ao Centro de Saúde II, em Santa Adélia. Parecer nº 3237, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 3238, de 2005

18 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 365, de 2005, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Declara de utilidade pública a “Associação do Bem Comum ao Down - ABC DOWN”, em Jaboticabal. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2998, de 2005.

19 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 369, de 2005, de autoria do deputado Roberto Moraes. Declara de utilidade pública a “União dos Deficientes Físicos de Araraquara - UDEFA”, naquele Município. Aprovado, com substitutivo, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3282, de 2005.

20 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 370, de 2005, de autoria do deputado Roberto Moraes. Declara de utilidade pública o “Grupo Arco Iris”, em Mococa. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3240, de 2005.

21 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 383, de 2005, de autoria do deputado Fausto Figueira. Declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Artistas de Guarujá - APAAG”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3236, de 2005.

22 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 399, de 2005, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública o “Recanto Santo Antonio de Terra Roxa”, naquele Município. Aprovado, com substitutivo, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3310, de 2005.

23 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 426, de 2005, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Declara de utilidade pública a “Rede de Voluntárias de Combate ao Câncer”, em Itatiba. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3235, de 2005.

24 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 454, de 2005, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Dá a denominação de “Delegado Ari D'Antaccoll” ao 3º Distrito Policial de Mogi Das Cruzes, naquele Município. Parecer nº 3295, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3296, de 2005.

25 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 472, de 2005, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de “Escrivão de Polícia Wanderley Serpa Desgualdo” à 1ª Delegacia Seccional de Polícia da Capital. Parecer nº 3265, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3266, de 2005.

26 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 490, de 2005, de autoria do deputado José Zico Prado. Declara de utilidade pública a Ação Social Cristo Rei, em Rio Grande da Serra. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3012, de 2005.

27 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 504, de 2005, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de “Wilson Guilherme da Silva Junior” à Delegacia de Polícia de Holambra, naquele Município. Parecer nº 3249, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3250, de 2005.

28 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 523, de 2005, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Declara de utilidade pública o “Núcleo de Apoio a Terceira Idade da Baixada Santista”, em Santos. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3035, de 2005.

29 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 526, de 2005, de autoria do deputado Ricardo Tripoli. Declara de utilidade pública a “Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3036, de 2005.

30 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 529, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a “Irmandade Padre Emanuel DALzan”, em Palmeira D Oeste. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3037, de 2005.

31 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 534, de 2005, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Declara de utilidade pública a “Associação Assistencial Florêncio Antonio Lopes - AFA”, em Ribeirão Preto. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3038, de 2005.

32 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 538, de 2005, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de “Nelson Lourenço Vanni” à Delegacia Seccional de Polícia de Jales, naquele Município. Parecer nº 3251, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 3252, de 2005.

33 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 570, de 2005, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a “Associação Crianças Especiais de Santa Branca - CESB”, em Santa Branca. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3039, de 2005.

34 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 581, de 2005, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Declara de utilidade pública a “APADA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Matão”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3081, de 2005.

35 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 584, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a “Associação Antialcoólica de Body Bassitt”, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3040, de 2005.

36 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 597, de 2005, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a Entidade Assistencial Espírita “Casa do Caminho”, em Valinhos. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3234, de 2005.

37 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 646, de 2005, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Declara de utilidade pública o GEAPA - Grupo Evangelização e Apoio aos Portadores de AIDS, em Itapetininga. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3244, de 2005.

38 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 684, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a CAPACC- Casa de Apoio ao Paciente Adulto Carente com Câncer de São José do Rio Preto. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 3243, de 2005.

Pauta

16 DE DEZEMBRO DE 2005 191ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, paragrafo único do artigo 148 do Regimento Interno

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 43, de 2005, de autoria do Tribunal de Justiça. Institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 892, de 2005, de autoria do deputado Roberto Morais. Dá a denominação de “Dr. João Issa Salum” ao viaduto localizado no km 157, da Rodovia do Açúcar - SP 308, que dá acesso ao bairro Chapadão, em Piracicaba.

3 - Projeto de lei nº 893, de 2005, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de “Ivao Ninomiya” ao Viaduto situado no km 13,700 da Rodovia Anchieta - SP 150, em São Bernardo do Campo.

4 - Projeto de lei nº 894, de 2005, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dá a denominação de “Esther Rosset” ao viaduto localizado no km 85 da Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto - SP 300, em Cabreúva.

5 - Projeto de lei nº 895, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Delegado Abrahão José Kfouri Filho” à Delegacia Seccional de Polícia de Santos, naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 896, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dá a denominação de “José Antônio Gallo” ao trevo localizado no km 203,300 da Rodovia Deputado João Lázaro de Almeida Prado - SP 255, em São Manoel.

7 - Projeto de lei nº 897, de 2005, de autoria do deputado João Caramex. Proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e de sol por ambulantes ou estabelecimentos não credenciados devidamente para tal finalidade.

8 - Projeto de lei nº 898, de 2005, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de “José Avilez” à passarela localizada no km 16,200, da Rodovia Anchieta - SP 150, em São Bernardo do Campo.

9 - Moção nº 97, de 2005, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como, para os líderes partidários a fim de modificarem a Lei nº 5.991, de 1973, com o objetivo de classificar as farmácias e drograrias como unidades de atenção básica à saúde, do Sistema Único de Saúde - SUS, integrando-as aos programas de saúde da família.

10 - Moção nº 98, de 2005, de autoria do deputado Vinicius Camarinha. Apela para os Srs. Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a fim de obrigar a instalação, em cruzamentos de vias públicas, de semáforos adaptados com dispositivos de orientação sonora, boteeira especial e sinalização de piso indicativa de localização, destinados a cidadãos portadores de necessidades especiais acometidos de deficiência visual.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 891, de 2005, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de “Vereadora Crescência Chiarella de Godoy” ao viaduto localizado no km 430,40 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Martinópolis.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 50, de 2005, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria a “Frente Parlamentar em Defesa do Serviço e dos Servidores do Judiciário do Estado de São Paulo”.

2 - Projeto de lei nº 889, de 2005, de autoria do deputado Mauro Menuchi. Dá a denominação de “Fulvio Marani” à Marginal Norte paralela à Via Anhanguera no km 53 em construção, que liga o Trevo da Av. Jundiá à referida rodovia, em Jundiá.

3 - Projeto de lei nº 890, de 2005, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Declara de utilidade pública a “AMAS - Associação Metodista de Ação Social”, em Cândido Mota.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 887, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Obriga as instituições bancárias a disponibilizarem guarda- volumes para seus usuários, na entrada de suas agências.

2 - Projeto de lei nº 888, de 2005, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui programa de atendimento e procedimentos nas unidades do Instituto Médico Legal (IML), para mulheres vítimas de violência física, sexual ou doméstica.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 48, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Cria o espaço quinzenal para apresentações de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, defendidas no âmbito nacional.

2 - Projeto de resolução nº 49, de 2005, de autoria do deputado Mário Reali e outros. Altera dispositivos da Resolução nº 576, de 1970, a fim de estabelecer normas regimentais para a realização de audiências públicas para elaboração e discussão dos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual.

3 - Projeto de lei nº 882, de 2005, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Obriga os shopping centers, com um número superior a cinquenta estabelecimentos comerciais, a implantarem processo de coleta seletiva de lixo.

4 - Projeto de lei nº 883, de 2005, de autoria do deputado José Dilson. Obriga a implantação de ambulatório médico ou serviço de pronto socorro nas escolas estaduais e particulares.

5 - Projeto de lei nº 884, de 2005, de autoria do deputado Mário Reali. Cria o “Programa Estadual de Assessoria Técnica à Habitação de Interesse Social”.

6 - Projeto de lei nº 885, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Institui a “Política de Prevenção, Controle e Combate ao Hipertireoidismo e Hipertireoidismo”.

7 - Projeto de lei nº 886, de 2005, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de “Dr. Sérgio Ricardo Guarda” à 2ª Delegacia da Divecar - Divisão de Investigações Sobre Furtos e Roubos de Veículos e Cargas do DEIC - Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado, na Capital.

8 - Moção nº 96, de 2005, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de determinar ao INSS a adoção de medidas, em caráter de urgência, para melhorar os serviços prestados a milhões de segurados e eliminar as filas quilométricas de suas agências.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º, do artigo 151, do Regimento Interno. (Redação)

1ª Sessão

Projeto de lei nº 348, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Determina que os autos apreendidos pelos Ciretrans e DETRAN e, respeitadas a formalidades legais, não reclamados pelos seus proprietários, sejam compactados e seus respectivos documentos extintos. Parecer nº 3444, de 2005, da Comissão de Redação.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno. (Redação)

Projeto de lei nº 70, de 2001, de autoria do deputado Rafael Silva. Proíbe a venda e o uso de cerol ou qualquer produto semelhante que possa ser aplicado em linhas destinadas a empinar papagaios ou pipas. Parecer nº 3443, de 2005, da Comissão de Redação.

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 16/12/05

- ARNALDO JARDIM
- CARLOS NEDER
- JOSÉ DILSON
- GERALDO VINHOLI
- VITOR SAPIENZA
- RAFAEL SILVA
- DONISETE BRAGA
- ROMEU TUMA
- EDSON FERRARINI
- ENIO TATTO
- MILTON FLÁVIO
- JOSÉ ZICO PRADO
- ANA MARTINS
- VALDOMIRO LOPES
- MARIA ALMEIDA
- ROBERTO FELÍCIO
- AFANASIO JAZADJI
- UBIRATAN GUIMARÃES
- MARIA LÚCIA PRANDI